

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA PREVENÇÃO A DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS

The Political-Pedagogical Project in Preventing the Licit and Illicit Drugs

Elizângela Maria Rodrigues Leite¹
1.elizamaria@oi.com.br

Resumo

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) configura-se como uma marca distintiva da escola. Dessa forma, espera-se que, na sua elaboração e prática diária, seja considerada a realidade local retratando dilemas e anseios da instituição em diálogo com temáticas sociais, econômicas e políticas contemporâneas, para assim, partir em busca de caminhos e possíveis soluções. Este artigo consiste na apresentação de dados de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo realizada por meio de um questionário simples junto a 10 educadores de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Santa Rita, participantes da 5ª edição do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas acerca das contribuições do PPP para a prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas. O PPP apresentou-se positivo no campo da prevenção, uma vez que na sua elaboração deve ser considerada a adoção de modelos de ação preventiva conforme a realidade escolar e interesses dos estudantes. Isso ocorre porque a escola é reconhecidamente percebida como um dos espaços de natureza social e educativa adequado para se promover reflexões acerca do autocuidado, vida saudável, escolhas conscientes e projetos de vida.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico, Prevenção, Drogas.

Abstract

The Political-Pedagogical Project (PPP) is configured as a different mark of the school. Thus, it is expected that, in its preparation and daily practice, is considered the local reality, portraying dilemmas and anxieties of the institution in dialog with social and economic issues and contemporary politics, to search paths and possible solutions. This article consists of the data presentation of a bibliographic and documentary research, and a field research executed through a simple questionnaire to 10 teachers of a municipal school in the city of Santa Rita, participants of the 5th edition of the Prevention to Drugs Course for Public School Educators about the PPP's contributions to the prevention of the use of licit and illicit drugs. The PPP showed up positive in the field of prevention, since in its preparation should be considered the adoption of preventive action models as the school reality and interests of the students. This is because the school is admittedly perceived as one of the spaces of social and educational nature appropriate to promote reflections about self-care, healthy life, conscious choices and life projects.

Keywords: Political-Pedagogical Project, Prevention, Drugs.

Introdução

Elaborar um PPP que contemple as demandas da escola do século XXI tem como ação incipiente a consideração dos grandes dilemas da sua clientela, assim como o enfoque de temas de discussão do seu interesse cuja natureza é inerente à sua realidade local. Entre eles podemos citar a problemática do uso indevido de drogas, assunto que tanto vem incitando discussões, questionamentos e afligindo a sociedade dentre seus desafios contemporâneos.

Faz-se oportuna a indagação: Em meio à realidade dos estudantes e a necessidade de melhor compreender o fenômeno do uso de drogas, para, então, mais adequadamente orientar a clientela escolar, por que não tratar de questões voltadas à prevenção numa abordagem mais ampla, ou seja, essa prevenção inserida numa proposta pedagógica educativa que envolva o todo da escola de forma contínua, rompendo-se assim com a compreensão equivocada de que o ambiente escolar não é espaço para se falar sobre isso ou que não lhe cabe pensar a esse respeito, porque a escola já se encontra abarrotada de responsabilidades, cabendo, assim, essa discussão existir, especialmente, à luz da saúde, justiça e segurança?

Ainda nos compete questionar: Através de qual elemento norteador teríamos as práticas de amplitude educativo-preventivas inseridas no ambiente escolar? O tema prevenção ao uso indevido de drogas pode ser deixado à margem num projeto de escola que visa formar sujeitos sociais que desde cedo deveriam almejar a elaboração de seus projetos de vida?

Devemos aguçar o entendimento de que através de um PPP condizente com a realidade da instituição, poderemos tornar possível estabelecer ações e práticas preventivas que contemplem a promoção da saúde e da prevenção no ambiente escolar. Como um significativo exemplo disso podemos citar a apresentação da oferta de escolhas saudáveis (esporte, cultura, artes, lazer) entre outras. Como também, por meio desse mesmo instrumento, estimular no educando e nos educadores o interesse em buscar melhores ofertas de oportunidades e situações que lhes proporcione a vivência de práticas salutarres nos espaços de convivência, entres eles a escola e a sua comunidade.

Conforme cenário apresentado, qual seria o melhor rumo a ser traçado em busca de um resultado mais satisfatório no campo da prevenção das drogas no interior da escola? Perceber como o docente apreende o Projeto Político-Pedagógico da Escola e se este documento apresenta contribuições no campo da prevenção configura-se como a motivação para este estudo científico.

Referencial teórico

O cenário no qual a escola e seus atores fazem parte nos convida sempre a refletir acerca dos projetos de trabalho que estamos construindo, também, como a juventude e seus dilemas são apreendidos e assimilados pelos educadores, pelo corpo técnico da escola e seus funcionários, ou seja, os sujeitos que compõem a instituição de ensino formal neste século XXI. Elementos como participação, ação autônoma e cidadania têm marcado o discurso educacional na atualidade. "Essa preocupação tem-se traduzido, sobretudo, pela reivindicação de um Projeto Político-Pedagógico próprio de cada escola" (GADOTTI, 2001, p.33).

Partindo de um entendimento incipiente, o que caberia dizer a respeito de um Projeto Escolar? Marçal (2001, p. 07) atenta-nos ao expor de maneira precípua:

A escola precisa preocupar-se em atender às necessidades específicas da comunidade na qual está inserida, planejando seu trabalho a médio e a longo prazos, com a finalidade de construir uma identidade própria. Essa identidade tem um nome: projeto pedagógico.

Buscar o significado da palavra projeto nos remete a uma maior compreensão do fenômeno em estudo. As definições apresentam-no como algo que se tem a intenção de fazer; como uma maneira de conceber cenários e recursos para atingir determinados objetivos; desígnio; intento.

Vasconcelos (2008, p. 169) nos apresenta uma ampla definição:

O Projeto Político-Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento [...] da instituição neste processo de transformação.

Projeta quem quer que conceba cursos e caminhos de ação com o propósito munido de intencionalidade buscando intervir e conseqüentemente transformar situações existentes em situações que desde outrora são desejadas/almejadas pelo coletivo. O projeto visa realizar intenções e integrar conhecimentos na sua concretização.

O Projeto Político-Pedagógico, no entendimento de Veiga e Resende (2008, p. 13):

Aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente. O processo pedagógico, ao se constituir um processo participativo de decisões preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola.

Buscando uma compreensão mais precisa do conjunto de palavras que compõem a nomenclatura Projeto Político-Pedagógico Veiga (2006, p. 11) busca enfatizar cada uma delas detalhadamente:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com o sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...]. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Conforme Gadotti (2000, p. 35), temos o seguinte entendimento a respeito do PPP: "não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso todo projeto pedagógico da escola é também político". Cabe, especialmente, nesse mote, lembrar que se faz necessário sempre nos perguntarmos a respeito de qual desejo nos move? Seria uma mudança significativa na vida dos nossos educandos o que propomos, pois a intencionalidade seria de fato intervir e transformar ou apenas cumprir exigências legais de formulação do projeto?

Para diversos autores que defendem o projeto emancipatório ou edificante, o ato de projetar deve ser concebido como um fazer em etapas não estanques, as quais devem envolver a análise e a avaliação a partir da sua ideia incipiente e posteriormente prosseguir para a verificação das atividades exitosas ou não. Ou seja, é um processo consciente de análise e avaliação desde o processo inicial, de concepção, que conseqüentemente, resultará também na avaliação das atividades e caso necessário, suas redefinições a qualquer tempo.

No Programa Roda de Conversa¹, Veiga (2012) expõe que a ideia de projeto, antes de ser incorporada no cotidiano de empresas, escolas e demais instituições sociais, pode ser localizada como advinda da prática militar. Antes de realizar ataques, um conjunto de ações era minuciosamente organizado para a obtenção do êxito desejado, ou seja, neutralizar um inimigo, conquistar território. A ideia chega para os educadores como sendo plano de ensino. E só em 1996, com a LDBEN, ganha a terminologia de Projeto Pedagógico.

¹ Trata-se de um programa de televisão, veiculado pelo Canal Minas Saúde, que vai ao ar na segunda-feira. O referido programa debate temas demasiado relevantes do cotidiano escolar sob a perspectiva pedagógica e conta com participação de três especialistas mediados por um jornalista. Uma iniciativa da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Idealizada pela MAGISTRA - Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais em parceria com a Assessoria de Comunicação Social.

Vasconcelos (2008, p. 171-172) descreve a importância do Projeto Político-Pedagógico para que não nos percamos imersos no fazer diário da dura rotina da escola:

Muitas vezes, no dia-a-dia, a preocupação da direção acaba sendo 'que a escola funcione' e a dos professores acaba girando em torno do 'manter a disciplina e cumprir o programa'. 'O nosso risco porém é este: somos devorados pelo urgente e não temos tempo para posicionarmos diante do importante'. Frente a tantas dificuldades, porque a escola deve se interessar pelo projeto? Ora, a função do projeto é justamente resolver problemas, transformar a prática e, no limite, tornar menor o sofrimento.

Recorrendo a história, a partir de uma visão ampla de projetar o novo, reencontramos o movimento da Escola Nova, este se revelou como uma expressão cuja educação necessitava de uma condição contrária a realidade existente, ou seja, não mais de subserviente aos mandos do governo da época, que por sua vez, interessava-se exclusivamente em ter uma massa que executasse trabalhos diversos nos setores produtivos; preferencialmente nos setores do comércio e indústria.

Embora com diferentes ideologias por parte seus idealizadores, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação*, datado de 1932, documento produzido por 26 intelectuais, dentre eles Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, configure-se como nascedouro das intenções por um projeto educacional democrático, a ideia mais específica de projeto, este configurado como um documento construído no interior da escola, exercendo a função de elemento norteador responsável por estruturar uma diretriz de ações, envolvendo todos os espaços e decisões da escola; num conduzir não apenas no aspecto pedagógico, mas envolve nos aspectos políticos (intrínseco ao pedagógico), dotado de uma percepção do social é mais recente ainda.

Sabemos que as leis por si só não apresentam tónus para realizar a mudança. Fato esse, que se quisermos transformar a realidade que temos, isso não se dará como um passe de mágica. Como também, o caso de se ter apenas um amontoado de papéis escritos não promoverá uma mudança desejada em qualquer que seja o ambiente social. "Nesse sentido, elas são pontos de partida para que a realidade seja repensada e que, com base em sua aplicação, avanços sejam alcançados" (MARÇAL, 2001, p. 16).

Diante do cenário de lutas e reivindicações tivemos a Carta Magna do Brasil de 1988 (o prenúncio para uma educação que devesse envolver o questionar e a criticidade). Em sequência, a produção de documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN 9.394/96, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Básica entre outros. Surgiam então, os reforços que sinalizaram para a imediata necessidade de construção de um projeto de trabalho que envolvesse todo o cenário da escola, e este amplamente voltado ao seu contexto.

A partir da LDBEN, tivemos reconhecida na escola a sua importância para a construção dos seus projetos educativos, pois cada unidade de ensino é única. Podemos dizer que a autonomia da escola é fortalecida através desse marco legal maior da educação.

Apontado esse entendimento, Marçal (2001, p. 08) destaca:

Entretanto, é importante ter em mente que a construção do projeto pedagógico não é apenas uma obrigação legal a que a escola deve atender, mas uma conquista que revela o seu poder de organização, procurando cada vez mais ter autonomia em suas decisões. A conquista dessa autonomia é importante porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394/96, não só reconhece os estabelecimentos de ensino como espaço legítimo para elaboração do seu projeto pedagógico como, também, assegura a participação dos profissionais da educação no desenvolvimento dessa tarefa.

A LDBEN 9.394/96, também nomeada de Lei Darcy Ribeiro delega aos sujeitos que fazem a escola responsabilidade pela elaboração do Projeto Pedagógico. Vejamos:

Art.12. Os estabelecimentos de ensino, respeitados as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I- elaborar e executar sua proposta pedagógica.

[...]

VII- informar os pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Art.13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

[...]

II- elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

É mister o entendimento de Veiga (2003) de que devemos estar atentos ao modo como interpretamos e conduzimos essa atribuição para a construção dos nossos Projetos Pedagógicos, pois não devemos tomá-la como uma forma de legitimar um controle burocrático ainda maior sobre as instituições educativas e aos que dela fazem parte.

Oportuno ainda mencionar Marçal (2001, p. 34) para se ter clareza em relação ao propósito do PPP das escolas:

A escola não deve elaborar seu projeto pedagógico apenas devido a uma exigência legal, mas sim a partir da necessidade de inovar a ação coletiva no cotidiano de seu trabalho. Como vimos, a legislação assegura a possibilidade de sua elaboração, mas são os sujeitos da escola que garantem a sua realidade. Porém, isso não basta: é preciso que a escola reconheça que é preciso todos os seus atores tornarem-se responsáveis pelos serviços educacionais que ela presta à comunidade, procurando sempre a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Esta é a finalidade última do projeto pedagógico.

Ainda no mesmo programa de formação de professores; Roda de Conversa, Veiga (2012) apreende e enfatiza o Projeto Pedagógico em 3 dimensões: Macro (nível nacional); Meso (estados e municípios) e Micro (unidades educacionais), não disposta numa visão verticalizada, mas numa interação em que a menor instância interaja com as demais.

Conforme o que até agora nos foi apresentado pelos autores, podemos dizer que as características que hoje estão presentes na educação também foram moldadas pelo tipo de desenvolvimento histórico que o país conheceu; dominação, lutas, anseios e redefinições que ocorreram e se estabeleceram por mais de cinco séculos.

Gadotti (2001, p. 35-36), nos aponta que certamente algumas dificuldades que temos em promover um Projeto Político-Pedagógico de maneira democrática se devam ao seguinte:

a) a nossa pouca experiência democrática; b) a mentalidade que atribui aos técnicos e apenas a eles a capacidade de planejar e governar e que considera o povo incapaz de exercer o governo ou de participar de um planejamento coletivo em todas as suas fases; c) a própria estrutura de nosso sistema educacional que é vertical; d) o autoritarismo que impregnou nossa prática educacional; e) no tipo de liderança que tradicionalmente domina nossa atividade política no campo educacional.

Diante do conhecimento/entendimento dos determinantes da escola, que vastamente são apontados pelos estudiosos da área educacional, é possível assimilar que o PPP ou Projeto Educativo trata-se de um documento que deve orientar a ação educativa e definir as suas políticas juntamente com a sua filosofia educativa.

Deve ainda, esclarecer o porquê e para quê das atividades escolares, baseadas num diagnóstico de problemas reais e dos seus contextos, que, em princípio, deve também ter em conta a participação crítica de todos os elementos da comunidade escolar, identificando, de forma realista, os recursos necessários para solucioná-los ou apontar caminhos para esse fim. E finalmente, explicitar os fatores capazes de empenhar os atores na consecução dos objetivos da escola e descrever os meios e as ocasiões para avaliar o projeto.

Convém recordar as exposições dos autores como Veiga (2003, 2006, 2008, 2012), Vasconcelos (2008, 2012), Gadotti (2000, 2001) entre outros, que por projeto entende-se uma concepção de futuro calcada numa visão realista do presente; e que a sua realização se dará a partir de uma investigação que revele os pontos frágeis e potenciais da escola. Já o político, determina a direção das nossas tomadas de decisões e ações para o tipo de educação que desejamos alcançar e por fim o pedagógico, que se mistura ao político; representa nossas ações para então encurtarmos a distância entre o real e aquilo que pretendemos.

Definir o Projeto Pedagógico de uma instituição escolar numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização em diversos setores, como: o econômico, o educacional, na área de comunicação entre outras, como bem nos apresenta Gadotti (2001), nos conduz a pensar: O que somos enquanto instituição? A quem servimos? Qual o tipo de Projeto Pedagógico deve ser construído no interior das nossas escolas?

Indo além da afirmação do autor vale considerar: Como promover no nosso alunado o desejo de frequentar a escola e fazer parte dela não apenas como um número ou nome na lista de chamada do diário de classe, mas como um sujeito que tem sua voz ouvida, que opina e decide?

O nosso tempo, como ainda afirma Gadotti (2001, p. 33), "tem a marca do multicultural" e projetar-se em busca de caminhos que não desconsiderem a história (o que somos) e o que podemos ser, tornou-se um fazer instigante para quem apreende a escola pública como um espaço em que deve ser oportunizado àqueles que a frequentam formas diversas de interagir na sociedade.

A vontade de construir um Projeto Político-Pedagógico nos revela uma necessidade de transformação; de fazer algo que está sendo feito hoje com suas limitações (política, institucional, financeira, humana); de uma maneira melhor para os nossos educandos, pais, educadores e todos que se ocupam e utilizam o espaço escolar.

Mais uma observação de Gadotti (2001, p.34) deve ser destacada para nos esclarecer acerca do que deve ser considerado na fase incipiente do PPP, como também, útil e essencial em qualquer momento de retomada de sua elaboração: "Um projeto político-pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta o instituído com o instituinte".

Pensar um Projeto Pedagógico depende essencialmente de se ter coragem, empreender junto com seus agentes internos e externos em busca de um desenho de escola que lhes provoque a vontade de pertencer e de se reconhecer como parte viva e necessária a ela.

Vasconcelos (2012, s.p.) em debate com Veiga no Roda de Conversa expõe:

A construção do projeto pedagógico deve ser participativa e ter claro as suas etapas: sendo a primeira, o marco referencial, que corresponde ao sonho, ou seja, a utopia; a segunda, ao diagnóstico, que distância nós estamos desse sonho e a terceira; a programação, o que fazer para diminuir a distância entre esse sonho.

Ainda na sua participação no Programa Roda de Conversa a definição de Veiga (2012) orienta-nos quanto ao entendimento a respeito do PPP. Este como sendo "um movimento que gera metodologia de trabalho participativo no coletivo, atrelado à prática pedagógica".

A concepção de PPP defendida pela autora o coloca como um movimento constante e contínuo na escola, movimento esse, que se dá devido ao entendimento de que o projeto é o fazer diário individual de cada professor; como também, aquilo que diz respeito à prática docente

na sala de aula; já no coletivo, sinaliza que todos os agentes têm relevância; sejam eles funcionários em geral ou atuantes em outras funções, pois o projeto vai envolvendo desde as ações aparentemente mais simples até as mais complexas de todos os sujeitos pertencentes ao ambiente escolar.

Vale destacar nessa discussão um ponto essencial e que não deve ser desconsiderado apontado por Veiga (2012, s.p.): "o Projeto Político-Pedagógico deve ser visível. Ele não deve ter visibilidade apenas para o grupo que o fez. A escola tem que dar visibilidade ao projeto na comunidade, na família".

Na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, também nomeado como Projeto Educativo, devemos incorporar a necessidade de vivência integral do processo. Isso implica conforme Muribeca (2002, p. 92), "a) pesquisa, b) planejamento participativo, c) gestão e d) organização da escola".

A pesquisa nos fornecerá dados para apreender a realidade da escola, transpondo aquilo que está apenas à frente dos nossos olhos; o planejamento participativo fará com que todos os segmentos da escola se reconheçam no projeto e a gestão e organização da escola tornarão viável a destinação do tempo e espaço para a promoção de discussões, todos elementos indispensáveis à feitura desse documento que também é apreendido por muito dos educadores como um elemento que imprime vida ao ambiente escolar.

A miscelânea de referenciais de cada universo escolar irá imprimir a personalização e a natureza única de cada PPP, como também, o reconhecimento de cada agente da escola, ou seja, a sua contribuição no projeto inscrito em forma de debate, sugestão, ação ou como redefinição de caminhos, pois este projeto deve imprimir a realidade da escola, não descontextualizado das políticas educacionais, sociais e do momento histórico em que o país está vivendo.

A partir da observação diária como um dos instrumentos de pesquisa, teremos indicações para a construção de um PPP que considere as reais necessidades e especificidades de cada instituição e seus atores. Necessário expor o entendimento de Gadotti (2001, p. 34) para melhor se argumentar a respeito da singularidade de cada PPP nas suas instituições escolares: "por isso, não deve existir um padrão único que oriente a escolha do projeto de nossa escola. Não se entende, portanto, uma escola sem autonomia, autonomia para estabelecer o seu projeto e autonomia para executá-lo e avaliá-lo".

Por intermédio do que nos foi apresentado até o presente, ousamos declarar que a elaboração de um PPP escolar que acolha a importância de se promover uma educação para a saúde e prevenção ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas é de suma importância aos estudantes, à própria escola e à sociedade em sua amplitude. Podemos defender esse entendimento através da abordagem de Albertani, Scivoletto e Zemel (2012, p. 138) em especial, quando elas nos falam a respeito da instituição educacional:

[...] a escola sempre exerceu papéis culturais (a transmissão do conhecimento) e políticos (organização de grupos, favorecimento à resolução de conflitos sociais e psicológicos e desenvolvimento de determinadas posturas éticas, sociais e políticas).

Todavia, antes de avançarmos precipitadamente em busca de uma saída à problemática das drogas vivenciada através do seu uso indiscriminado ou causando transtornos, cabe o argumento:

Podemos afirmar com certeza que não devemos utilizar métodos enlatados, preestabelecidos por técnicos, pois isto já provou que não funciona a contento; que cada país é dotado de suas peculiaridades próprias; que embora seja este um problema mundial, quanto à forma de prevenção com campanhas educativas, haverá de ser de maneira individual, de acordo com suas peculiaridades locais [...]. (GUEDES, 2002, p. 100).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação- Temas Transversais Saúde (BRASIL, 1998, p. 273) nos apresentam que estudiosos da área de prevenção, através de suas pesquisas, chegaram à conclusão seguinte:

É necessário deixar claro que todos os dados disponíveis não apontam para uma epidemia das drogas no Brasil; o seu consumo no país não é privilégio de jovens nem se caracteriza principalmente pelo abuso de drogas ilegais. Ao contrário, as drogas legais e banalizadas pela sociedade associam-se aos riscos mais significativos. Superar o alarmismo e a sensação de 'catástrofe iminente' só pode ajudar na abordagem sensata da questão.

Ainda, no ambiente da escola, a elaboração de ações preventivas que integrem o Projeto Escolar "podem ser orientadas por diferentes modelos, que não são excludentes entre si. Constituem guias de ação e sua combinação e adaptação são altamente desejáveis para melhor servir à realidade local" (ALBERTANI, SCIVOLETTO e ZEMEL, 2012, p. 139).

O primeiro modelo destacado por Albertani, Scivoletto e Zemel (2012), que corresponde ao conhecimento científico apoia a disponibilização de informações de forma imparcial através de uma abordagem científica. De posse de informações confiáveis, os estudantes estariam aptos a tomarem decisões mais condizentes com uma vida saudável. Evitando, assim, a desinformação quanto ao perigo das drogas em geral. Como exemplo de ação dessa natureza elas citam: oficinas e debates com profissionais de saúde, leituras, vídeos etc.

Já o modelo que corresponde à educação afetiva apreende que o jovem melhor estruturado e menos vulnerável do ponto de vista psicológico teria menos suscetibilidade a adentrar em práticas abusivas de drogas. Pode ser exemplificado através da valorização da autoestima, desenvolvimento da afetividade.

A oferta de alternativas trata-se de um modelo que propõe desafios e realizações aos jovens que não se utilizam de consumo de drogas para a obtenção de êxito. Um bom exemplo: torneio esportivo, atividades artísticas variadas, orientação de alunos mais experientes em determinadas atividades a alunos menos experientes sob a supervisão de um professor responsável.

A proposta do modelo de educação para a saúde concebe a educação como estando em prol de uma vida saudável. Forma no cidadão a capacidade de perceber os riscos de determinadas escolhas, para assim, poder optar por uma vida mais saudável em todos os aspectos: alimentar, social, ambiental etc.

Por fim, o modelo de modificação das condições do ensino. Trata-se do modelo que se volta à formação integral do indivíduo, não ficando exclusivo à prevenção do uso de drogas, mas nos aspectos biopsicossocial. A exemplificação de sua ação se dá por meio do PPP da escola. Nesse modelo, Albertani, Scivoletto e Zemel (2012, p. 140) apresentam seis orientações básicas, que podem ser aplicadas em conjunto:

modificação das práticas de ensino; melhoria da relação professor-aluno; melhoria do ambiente escolar; incentivo ao desenvolvimento social; oferta dos serviços de saúde; envolvimento dos pais ou cuidadores em atividades curriculares.

Fonseca (2006, s.p.) acrescenta a respeito da viabilidade da prevenção, que está sendo contemplada por intervenções no PPP e na abordagem educacional da escola:

A estratégia é, enfatizar as drogas lícitas e do fácil acesso, isto é, álcool, tabaco, solvente o medicamento, pela elevada porcentagem de uso entre os alunos, mostrando que todas são substâncias psicotrópicas. Não se pode deixar de discutir o caráter atrativo das drogas: prazer aos sentidos, ter "imagem transgressora", ser símbolo do "estar na moda". Igualmente, precisa ser discutida a trajetória do

envolvimento com psicotrópicos, evitando-se autoritarismos didáticos, ou mesmo despertar a curiosidade inadvertidamente.

Albertani, Sciovoletto e Zemel (2012, p. 139) ainda expõem a respeito das oportunidades de se construir um trabalho de prevenção exitoso. As autoras destacam que o resultado positivo pode ocorrer, conforme destacado a seguir, se o projeto:

for integrado ao currículo escolar; for desenvolvido cooperativamente; aproveitar os diferentes recursos humanos e materiais da escola e da comunidade em que está inserido; usar espaços já criados em vez de tentar encontrar novos espaços, o que favorece a aceitação das intervenções propostas; forem planejadas ações que possam ser desenvolvidas com continuidade; envolver toda a escola gradativamente; os professores forem bem preparados para lidar com seus medos e preconceitos; a cultura específica da comunidade for respeitada.

Em igual esfera de importância, também fazendo parte dos elementos que compõem o elenco de dados importantes para elaboração de uma proposta de trabalho preventiva e promotora de hábitos saudáveis através do PPP Escolar, as autoras Borges, Sudbrack e Almeida (2012) manifestam que os fatores de risco e proteção merecem consideração.

De acordo com Borges, Sudbrack e Almeida (2012, p. 141), "a forma como o adolescente se relaciona com as pessoas a sua volta pode se constituir em um fator de risco ou um fator de proteção". Eles podem ser definidos como situações que se apresentem como fatores de aumento ou diminuição de um provável comportamento.

Para Medeiros (2006), considerando a singularidade existente entre os adolescentes e a valorização de situações inéditas em sua vida, o uso de drogas também pode estar relacionado aos estímulos ambientais, seja pela influência de colegas, da família (quando há consumo de substâncias psicotrópicas lícitas em casa ou alguma disfuncionalidade educacional).

Conforme a situação exposta, Borges, Sudbrack e Almeida (2012, p. 141) nos indicam:

[...] a prevenção do uso de drogas pode adotar diferentes visões. Para trabalhar a prevenção em adolescentes no contexto escolar a visão relacional sistêmica traz ao educador a prática de redes sociais. Dessa maneira, possibilita englobar as diferentes formas pelas quais o adolescente se sente pertencente ao grupo de pessoas.

Conhecer com quais grupos o adolescente interage; a rede social da qual o estudante faz parte é de grande valia para a proposta de trabalho preventiva, como também, conforme Borges, Sudbrack e Almeida (2012, p. 142) faz-se necessário avaliar os "níveis gradativos de intimidade em diferentes locais ou contextos de pertencimento (família, amizades, relações escolares ou de trabalho, relações comunitárias, de serviço ou de credo)".

O trabalho preventivo pautado numa visão mais ampla do adolescente através do conhecimento de sua rede social irá oportunizar a escola um melhor conhecimento dos fatores de risco e proteção, além de situar os educadores de forma mais efetiva, como também, torná-los mais seguros para propor ações mais saudáveis e protetivas no seu campo de atuação.

O desafio de tratar o assunto relacionado ao uso de drogas, dada a sua abrangência, pode causar desânimo, chegando a deixar um grande número de educadores paralisados, "mas essa inércia pode ser reduzida com um trabalho relacional e o estabelecimento de vínculo com o adolescente: entender sua vida, suas relações, projetos de vida, sonhos" (BORGES, SUDBRACK e ALMEIDA, 2012, p. 145).

Santos (2004, p. 84) nos lembra a respeito da contextualização do tema drogas para não cairmos no equívoco de abordá-la de maneira como se existisse à parte de todo um meio social:

A escola que se propuser a prevenir drogas deve fazê-lo dentro de um contexto mais amplo da sociedade, como poluição, violência, solidão,

vida competitiva, saúde, alimentação, medicina preventiva e outros. Deve elaborar um projeto, contextualizando a droga na sociedade, a sexualidade e temas atuais, criando 'Centros de Interesse' que envolvam professores, diretores, especialistas e alunos.

Quando se salienta a necessidade de se abordar o tema prevenção às drogas nos espaços da escola, devemos refletir acerca da necessidade de uma melhor formação a esse respeito para os educadores, mesmo que esses profissionais não sejam especialistas no assunto, faz-se preciso um olhar mais esclarecido sobre o fenômeno para que durante o percurso educacional não caiam nos equívocos causados pelos juízos de valor ou preconceitos.

Nunca é dispensável lembrarmos que o complexo fenômeno do uso indevido de drogas não se restringe a um setor da sociedade, apenas, ou seja, que ele seria uma responsabilidade isolada de determinado órgão ou secretaria, como também, achar que sozinha ou unicamente a escola solucionará essa angústia social.

Metodologia

O procedimento de trabalho adotado para este estudo foi a pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de campo. Diante do tema: *O projeto político-pedagógico na prevenção a drogas lícitas e ilícitas*, a seleção desses tipos de metodologias fez com que fosse possível compreender mais precisamente o entendimento dos professores a respeito das contribuições desse documento legal na prevenção às drogas por meio de vivências educativas em um ambiente escolar.

A pesquisa foi realizada no período de março a abril de 2015, com 10 educadores da Escola Municipal Emília Cavalcante de Moraes Neta, participantes da 5ª edição do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, ofertado nos anos de 2012 a 2013 pela Universidade de Brasília/UnB, através de uma parceria entre o Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas SENAD/MJ e Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica SEB.

Foi elaborado um questionário contendo 10 quesitos com respostas fechadas simples. Cada quesito apresentou-se composto por alternativas de respostas. O número de entrevistados corresponde a uma amostra de 50%, percentual que compõe um universo de 20 educadores da instituição cujas turmas em que atuam estão dispostas entre o 6º ao 9º nos turnos matutino e vespertino.

Resultados

A partir da necessidade de obter respostas à inquietação exposta, o questionário aplicado procurou traçar um caminho para apreender aspectos que permeiam desde a concepção básica de entendimento a respeito do Projeto Político-Pedagógico até a adoção de modelos de ações preventivas mais adequadas no interior da escola.

No que diz respeito à questão 1, quando perguntados a respeito da **faixa de tempo que melhor representa o período de atuação na atividade docente**, os participantes que responderam ao questionário apresentaram as respostas: Atuam no meio escolar na faixa entre 1 a 5 anos, 20% dos participantes. Na faixa entre 5 a 10 anos tivemos a representação de 40% das escolhas. Assinalaram entre 10 a 15 anos, 20% dos docentes. A opção que corresponde à faixa de tempo entre 15 a 20 anos de atuação profissional foi assinalada por 10% do total pesquisado. No que diz respeito ao período acima de 20 anos tivemos assinalados 10% das respostas.

Em relação à questão 2, quando indagados a respeito da sua **formação docente** obtivemos as seguintes respostas: Assinalaram como graduados 20% dos participantes. Responderam possuir especialização, 60% dos professores. A alternativa referente à formação acadêmica mestrado foi assinalada por 20%. Nenhum dos professores marcou as opções doutorado e pós-doutorado.

Na questão 3, em relação à sua compreensão a respeito do **Projeto Político- Pedagógico**, julgaram como a resposta mais condizente com a sua **significação**, as seguintes opções: 10% assinalaram que o PPP trata-se de um plano de ação da escola, produzido pela equipe pedagógica, que contém passos cuja finalidade para os professores é a de executarem durante o ano. Escolheram a opção de que o PPP trata-se de um documento legal e obrigatório, que tem como papel refletir acerca do vínculo escola e sociedade, 70% dos participantes. Já 10% consideraram que o PPP se trata de um roteiro de trabalho para organizar as disciplinas e o currículo escolar. Nenhum professor elegeu a opção que descreve o PPP como uma estratégia de ação obrigatória da direção escolar para apresentação na Secretaria de Educação em cumprimento da LDBEN 9.394/96. Por fim, 10% assinalaram que a opção mais adequada é a que considera todas as alternativas de resposta.

Tratando-se da questão 4, sobre qual seria a **finalidade de se ter um Projeto Político Pedagógico numa Unidade Escolar**, as informações obtidas apresentaram-se da seguinte forma: Nenhum dos professores revelou em sua resposta que a finalidade do PPP seria a de cumprir uma determinação legal imposta à escola pela legislação da educação. Como também, não foi opção de nenhum dos participantes a alternativa que apresenta como propósito do PPP, o de organizar a escola, os conteúdos e a matriz curricular. Para 20% dos professores, o propósito de se ter o PPP na unidade escolar é o de que este documento representa a promoção de um diálogo entre os diversos segmentos atuantes na escola. Atender às necessidades e aos interesses dos escolares, em especial aos que dizem respeito às suas perspectivas e projetos de vida foi a alternativa escolhida como resposta para 50% das pessoas pesquisadas. Por fim, 30% assinalaram que a resposta mais adequada corresponde à opção referente a todas as alternativas acima.

A respeito da questão 5, quando perguntados sobre **quais sujeitos estariam envolvidos, no que diz respeito à abrangência de ações contidas num Projeto Político-Pedagógico**, os resultados foram os demonstrados: Nenhum dos professores escolheu as alternativas A e B correspondentes ao Corpo docente e alunos; Direção e especialistas da escola. Também as alternativas C e D que elencam a Família e comunidade escolar; Funcionários e sociedade não foram assinaladas. Já a opção que corresponde a todas as alternativas acima, representou 100% das escolhas.

Tivemos revelado na questão 5, o reconhecimento de que todos: escola, família e sociedade são significativos e têm a sua parcela de responsabilidade na formação dos escolares. A educação não se restringe apenas à sala de aula. Ela está presente e se faz oportuna em todos os espaços de convivência. Verdadeiramente, a formação do sujeito é resultado de uma soma de esforços.

O quesito 6 diz respeito ao questionamento sobre **qual papel o Projeto Político-Pedagógico deve cumprir**. As respostas foram representadas nos números apresentados: Como papel de elemento incentivador do protagonismo dos estudantes em questões sociais amplas e de seu interesse foi a alternativa escolhida por 70% dos participantes. O quantitativo de 10% considerou como sendo o seu papel o de descritor preciso dos melhores caminhos a seguir nas atividades desenvolvidas. Nenhum professor optou pela alternativa que o expõe como regulador da hierarquia escolar, ou seja, apresentando o que cada seguimento tem como obrigação de colaboração no ambiente escolar. Já 10% assinalaram que o PPP possui como papel, o de ser organizador do ambiente escolar. A opção que corresponde a todas as alternativas acima foi a escolha de 10% dos educadores.

No tocante ao papel do PPP temos a concepção de que este não deve ser apreendido de maneira equivocada; como se fosse apenas um documento burocrático ou um roteiro de trabalho pronto e finalizado, vindo de fora da instituição de maneira imposta para ser aplicado. Muito menos, termos a compreensão de que o PPP é um documento que deve ser elaborado apenas por alguns "iluminados" da instituição escolar, pois só a eles foi lhes dado competência de fazê-lo. O entendimento apresentado pelos estudiosos do campo educacional é o de que este documento deve impulsionar mudanças na unidade escolar como um todo, a partir de diversos olhares dos que lá estão. Não é demais lembrar que este documento deve preocupar-se, fundamentalmente, com o desenvolvimento dos alunos ao longo de sua formação nos mais diversos aspectos: educacional, pessoal, profissional etc.

Compreendendo o Projeto Político-Pedagógico como Muribeca (2002) o expressa, definindo-o como o "raio x" da escola, podemos dizer a partir do entendimento da autora, que ele denuncia-

nos toda a realidade escolar. Também sabemos que a escola não está apartada da sociedade e por isso reflete todos os dilemas sociais, políticos, econômicos entre outros.

Em relação à questão 7, cujo conteúdo trata de indagar a respeito das **áreas em que o Projeto Político-Pedagógico deve voltar-se** temos os seguintes resultados: Nenhum professor indicou as opções A, B e C que tratam respectivamente da área organizacional, área social e área da saúde. A alternativa que contém aspectos da área educacional foi selecionada por 20% dos participantes. Por fim, 80% elegeram a opção que apresenta os aspectos de diversas áreas: social, econômica, política, ambiental, saúde, educacional etc.

Isso se configura, por parte dos educadores, como um olhar que compreende a necessidade da escola manter-se em constante diálogo com a sociedade, como também, à medida que é determinada, também é determinante na sociedade, ou seja, conforme recebe influências também influencia.

No que diz respeito ao 8º questionamento, quando pesquisados sobre a **importância da colaboração do PPP na prevenção as drogas**, obtivemos o seguinte resultado disposto na Figura 1.

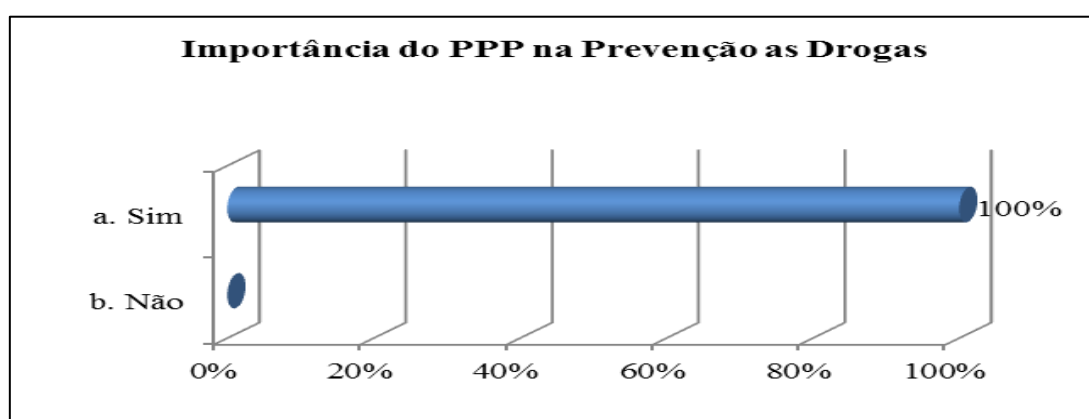


Figura 1: Importância do PPP na prevenção as drogas. Fonte: Elaboração própria (2015).

Todos os participantes, ou seja, 100% dos professores apontaram como importante a colaboração do PPP para a prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas entre os estudantes.

Partindo da compreensão daqueles que estudam a sociedade e a sua complexidade, torna-se possível apreendermos que a escola não se encontra aparte da realidade do meio social. A instituição escolar, por encontrar-se inserida na sociedade, deve melhor preparar-se para tratar de questões e dilemas também complexos que chegam até ela ou que compõem a vida de seus educandos. Entre tantos desafios, podemos citar a prevenção as drogas lícitas e ilícitas entre os escolares. Também é oportuno expor que a intenção de se desenvolver o trabalho preventivo configura-se como o primeiro passo numa contínua caminhada. Junto a isso, temos a necessidade de conhecer mais sobre o assunto em pauta, para que assim, sejam sistematizadas ações do universo da prevenção. Autores como Tiba (1999, 2007), Guedes (2002, 2003), Santos (2004) ressaltam a respeito da importância do esforço conjunto da família, escola e sociedade para uma prevenção efetiva e eficaz entre os escolares.

A questão 8 nos apresenta que o uso indevido de drogas lícitas e ilícitas tem sido uma preocupação das mais diversas esferas da sociedade. Atentar à prevenção no ambiente escolar revela-se como importante e significativo para os professores pesquisados. Isso expõe um entendimento de que a responsabilidade com o tema prevenção não é exclusiva à saúde e ou segurança pública como era outrora pensado com a legislação obsoleta sobre drogas vigente no país. O PPP revela-se para a amostra da pesquisa como um recurso importante que colabora com essa prevenção nos mais diversos níveis escolares da educação básica.

Conforme a questão 9, quando perguntados sobre **a partir de que tipo de abordagem deve pautar-se a proposta de prevenção às drogas contida no PPP**, tivemos revelado o seguinte dado de acordo com a Figura 2.

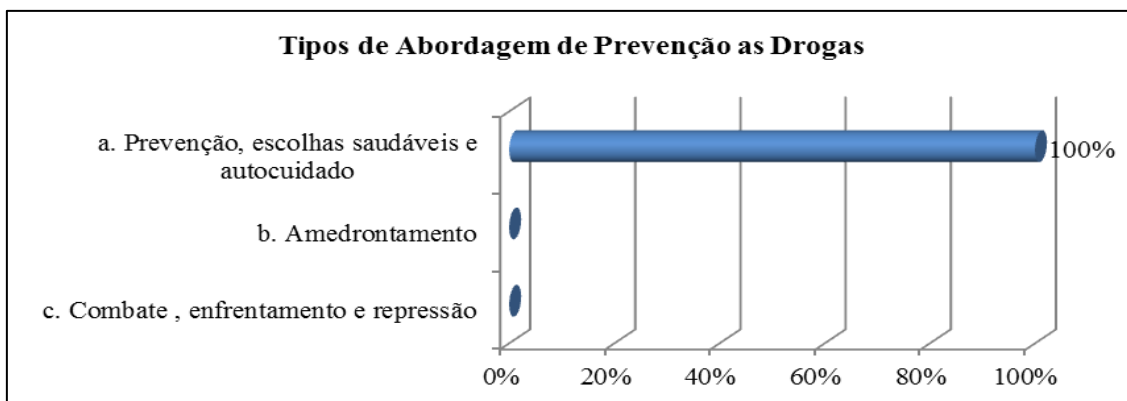


Figura 1: Tipos de abordagem de prevenção as drogas contidas no PPP. Fonte: Elaboração própria (2015).

Assinalaram a opção da abordagem preventiva, escolhas saudáveis e autocuidado 100% dos participantes.

As formações tiveram o intuito de orientar os educadores na condução da temática de prevenção às drogas no espaço escolar. Assim, foram apresentados estudos de abordagens cientificamente validadas e recomendadas no âmbito de instituições educativas do ensino fundamental e médio.

A questão 9 nos revela a visão favorável dos educadores quanto à proposta de ação educativa que se pauta na abordagem preventiva, escolhas saudáveis e autocuidado do tema drogas. Ela representa o entendimento de que mesmo não sendo de sua responsabilidade exclusiva, a escola é um espaço privilegiado para se promover a prevenção desde cedo. Apesar de se tratar de um assunto complexo, os educadores reconhecem esse espaço como significativo para realizar propostas que estão em compasso com o que existe de mais atual no campo das drogas: incentivo a prevenção, escolhas saudáveis e reflexões para o autocuidado.

No que diz respeito à questão 10, que trata de saber a respeito da escolha de **modelos de prevenção que melhor se adéquam num ambiente escolar**, as respostas apresentaram-se na Figura 3 da seguinte forma:



Figura 3: Modelos de prevenção contidos no PPP. Fonte: Elaboração própria (2015).

As opções que apresentam os modelos do conhecimento científico e o modelo de ofertas alternativas não foram selecionadas por nenhum dos participantes. O modelo de educação afetiva foi a opção de 20% dos professores da pesquisa. Já 10% optaram pelo modelo de educação para a saúde. O modelo de modificação das condições de ensino foi indicado por 70% dos educadores.

Quando nos atentamos à necessidade de desenvolver um trabalho preventivo, devemos ter a sensibilidade de compreender que da mesma forma que cada escola é única e singular, a proposta de prevenção também o será. Temos que proceder à escolha por modelos de atuação preventiva que melhor se adéquam à especificidade de cada instituição educativa. Mister dizermos também, que nenhuma proposta vinda de fora suprirá a real necessidade dos escolares; como bem nos alerta Guedes (2003). Ou seja, os modelos por melhores que sejam,

naturalmente, necessitarão de adequação e reelaboração, ou talvez, de uma atuação simultânea e conjunta conforme as necessidades e especificidades detectadas, a proposta estabelecida e expectativas daquela comunidade escolar.

Na questão 10, todos os modelos representam uma iniciativa de conduzir a temática da prevenção e auxiliam numa perspectiva de trabalho universal. O modelo do conhecimento científico é o que comumente realiza-se em grande parte das instituições escolares. Ainda que necessário, mas, no momento presente, apenas informar a respeito dos perigos das drogas lícitas e ilícitas não é o suficiente para fomentar a prática do autocuidado e assim manter os alunos distantes do uso abusivo.

Em relação ao modelo que corresponde às ofertas alternativas, infelizmente, ainda não se revela em nossas escolas o efetivo direcionamento de investimentos nos setores das artes e do esporte; desta forma, o modelo fica de certa forma, fragilizado por não existirem recursos direcionados ou bem aplicados no espaço escolar para essa finalidade.

Já a valorização da autoestima posiciona-se como uma aliada viável para que o indivíduo não adentre em campos ilusórios, os quais o uso indevido de drogas pode falsamente representar como benéfico num momento de fragilidade.

O modelo de educação para a saúde pode ser representado com a prática de vida saudável, pois considera importante formar no educando desde os anos iniciais atitudes e hábitos em todos os aspectos (alimentar, social, ambiental) para que ele possua um entendimento crítico, caso haja a oferta da droga lícita ou ilícita.

Por fim, a maior escolha pelo modelo de mudança das condições de ensino demonstra que o educador prefere considerar o aluno em todos os aspectos que o envolvem; a sua formação integral, ou seja, considerar os aspectos biopsicossocial na prevenção as drogas.

Considerações Finais

A resposta obtida ao objetivo geral da pesquisa: Investigar as contribuições do Projeto Político-Pedagógico para a prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas entre os participantes do curso de prevenção às drogas para educadores de escolas públicas foi a de que o Projeto Educativo da Escola configura-se como um reforço importante no campo da prevenção universal.

A contribuição do PPP pode ser justificada a partir da distinção entre o êxito alcançado nas ações preventivas quando melhor estruturadas e planejadas para o conjunto da escola, ou seja, que envolvam todo o corpo docente da instituição, funcionários, estudantes e seus familiares, daquelas ações isoladas ou esporádicas que comumente se apresentam como frágeis e superficiais. O que contribui para a diferença entre os resultados alcançados, reside no fato de termos a prevenção melhor organizada e contextualizada no Projeto Político-Pedagógico da Escola.

A partir do entendimento de que a prevenção não deve ocorrer de maneira isolada, em momentos dispersos, ou seja, de maneira ocasional e estanque, como também, descontextualiza da realidade do educando; mas sim, que ela deve estar pautada na realidade do aluno através de modelos de ação preventiva que se adequam à comunidade estudantil, temos a necessidade de termos o PPP como um recurso que nos guie e aponte caminhos a trilhar para o êxito de ações protetivas de caráter preventivo.

O estudo revelou que os docentes expressam como sentido maior do Projeto Político-Pedagógico uma oportunidade de refletir a respeito dos vínculos existentes entre escola e sociedade. E junto a essa tomada de consciência, questionar os seus dilemas e conseqüentemente propor alternativas que apontem para possíveis amenizações ou soluções aos problemas diários vivenciados na escola.

Igualmente a amostra demonstrou em sua maioria, que a finalidade do PPP é a de ser elaborado para atender as necessidades dos escolares, em especial as que dizem respeito quanto as suas expectativas e seus projetos de vida. Junto a isso tivemos evidenciado o seu papel de elemento incentivador do protagonismo dos estudantes em questões sociais amplas e de seu interesse, uma vez que o PPP deve direcionar-se a diversas áreas: social, econômica, política, ambiental, da saúde, educacional etc.

Quanto à escola, tivemos declarada a sua identificação como local adequado para a promoção de uma educação que incentive para escolhas conscientes por parte de crianças,

adolescentes e jovens, especialmente, no que diz respeito à sua saúde e à promoção de uma educação cujo propósito ultrapassa a informação, apenas, pois, sua finalidade maior é a de formar para o autocuidado.

Também foi reconhecido que para a promoção da formação no autocuidado faz-se necessária não apenas a contribuição da unidade escolar e corpo docente, mas uma ação conjunta, ou seja, o reforço da família e comunidade para uma prevenção eficiente. Uma vez que a formação dos indivíduos é de responsabilidade da família, Estado e sociedade como um todo.

Por fim, o estudo manifesta como caminho acertado no que diz respeito à abordagem da prevenção do uso indevido de drogas contido no PPP aquele que considera a prevenção, escolhas saudáveis e o autocuidado. Os avanços nas pesquisas voltadas à prevenção consideram ultrapassadas as abordagens do amedrontamento ou do combate, enfrentamento e repressão do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas entre os estudantes.

Referências

ALBERTANI, Helena Maria Becker; SCIOVOLETTO, Sandra; ZEMEL, Maria de Lurdes. Trabalhando com prevenção na família, na escola e na comunidade. In: **Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas /Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. 5. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. p. 135-141.

BORGES, Juliana Santos; SUDBRACK, Maria de Fátima Oliver; ALMEIDA, Marília Mendes. Situações de risco e situações de proteção nas redes sociais de adolescentes. In: **Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas /Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. 5. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. p. 141-151.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. 5. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN/SAÚDE**. Volume 10.4 - Temas Transversais Saúde, 1998. p. 244-284. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado, 1996.

FONSECA, Marília Saldanha da. **Como prevenir o abuso de drogas nas escolas?** 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-5572006000200018&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 mai. 2014.

GADOTTI, Moacir. Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização. In: GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustaquio (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GUEDES, Deusimar Wanderley. **Drogas Problema meu e seu**. 4. ed. João Pessoa: Alex Lacerda, 2002.

_____. **Drogas, família e escola: a informação como prevenção**. João Pessoa: Gráfica JB. 2003.

MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão**: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? Módulo III. Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MEDEIROS, Crisvalter. **Drogas na adolescência**: um olhar educativo. João Pessoa: CEFET, 2006.

MURIBECA, Maria Lúcia Maia. **A pedagogia, o pedagogo e a prática escolar**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Produção Secretaria de Estado da Educação. Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais - Magistra. Minas Gerais. **Programa Roda de Conversa**. 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fntnXK-LroY>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

SANTOS, Rosa Maria Silvestre. **Prevenção de Droga na escola**: uma abordagem psicodramática. 4. ed. São Paulo: Papyrus, 2004.

TIBA, Içami. **Juventude e drogas**: anjos caídos. 7. ed. São Paulo: Integreare, 2007.

_____. **Anjos caídos**: como prevenir e eliminar as drogas na vida do adolescente. 6. ed. São Paulo: Gente, 1999. (Coleção Integração Relacional).

VASCONCELOS, Celso dos Santos. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Produção Secretaria de Estado da Educação. Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais - Magistra. Minas Gerais. Palestra em vídeo. **Programa Roda de Conversa**. 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fntnXK-LroY>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

_____. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 18. ed. São Paulo: Libertad, (Cadernos Pedagógicos Libertad), V.1, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alancastro. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Produção Secretaria de Estado da Educação. Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais - Magistra. Minas Gerais. Palestra em vídeo. **Programa Roda de Conversa**. 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fntnXK-LroY>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

_____; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (Orgs). **Escola**: Espaço do Projeto Político-pedagógico. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). 13. ed. Campinas, São Paulo, SP, Papyrus, 2008.

_____. **Projeto Político-pedagógico da Escola**: uma construção possível. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) 22. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

_____. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? In: **Cadernos Cedes**. Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.